

A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E O PROCESSO DE T-D-R: O CASO DA “HORTA COMUNITÁRIA” NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Hugo Minoru Kitazawa, UEM, hugo_minoru@hotmail.com

Larissa Ruiz Golemba de Britto, UEM, larissargbritto@gmail.com

Fábio Marques da Silva, UEM, fabiomarques500@gmail.com

Thais Gomes, UEM, thaisgomes.tg@gmail.com

RESUMO

Em consonância com a perspectiva Construcionista Social, este artigo tem por objetivo analisar as relações formatadas pela gestão municipal no que tange a formulação de políticas públicas, estabelecendo como foco de análise o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), no local da Horta Comunitária, bem como problematizar a efetividade da participação da sociedade civil neste processo. Para tanto, foi tomado como campo-tema deste estudo as “hortas comunitárias” situadas no município de Maringá-PR, uma política pública viabilizada por meio da Lei número 11.594/2010. No sentido de problematizarmos a discussão, foram acessados os referenciais teóricos que constituem o campo de território, em especial, o do processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização, a fim de dialogarem com a questão da legitimidade democrática, cuja efetividade emerge da participação da sociedade civil inserida nesse processo.

Palavras-chave: Territorialização; Desterritorialização; Reterritorialização; Legitimidade democrática; Horta comunitária

1 INTRODUÇÃO

De modo a minimizar os problemas causados pelo acúmulo de lixo em terrenos baldios, localizados em fundos de vale, como proliferação de mosquitos transmissores de doenças e mau cheiro, criou-se, por meio da Lei Municipal número 11.594/2010, o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maringá (SIMSAN-MGÁ). Com a criação do SIMSAN-MGÁ, viabilizou-se a criação de algumas iniciativas que atendessem ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Entre essas iniciativas, estão: o Restaurante Popular; o Banco de Alimentos e as Hortas Comunitárias (Feniman & Araújo, 2015).

As Hortas Comunitárias se constituem, então, em uma iniciativa pública criada com o intuito de alterar a realidade de terrenos baldios o qual antes servia como depósito de lixo e entulho, e agora passa a ser um espaço de convívio dos moradores do bairro, de plantio e colheita de verduras orgânicas. Deste modo, o objetivo deste artigo é compreender o processo de (T-D-R) no local que compreende a Horta Comunitária, e como se deu a efetividade da participação da sociedade civil neste processo. Para tanto, foi tomado como campo-tema deste estudo as “hortas comunitárias” situadas no município de Maringá-PR.

Diante do objetivo proposto, o presente estudo se perfaz pelos referenciais teóricos que constituem o campo de conhecimento denominado de território, por meio dos quais, direcionamos a discussão no que tange ao processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), a fim de dialogarem com a questão da legitimidade democrática, cuja efetividade emerge da participação da sociedade civil inserida nesse processo.

Quanto a estrutura deste artigo, ele conta com uma introdução onde foi feito a problematização do objeto a ser analisado e definido o objetivo a que este estudo se propõe. Nas seções seguintes far-se-ão as discussões relacionadas aos conceitos do processo de T-D-R e a questão da legitimidade democrática, a metodologia utilizada para se chegar aos resultados, os resultados propriamente ditos e as considerações finais.

2 CONCEPÇÕES SOBRE TERRITÓRIO E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO-DESTERRITORIZAÇÃO-RETERRITORIZAÇÃO (T-D-R)

Para um leitor desatento, ou mesmo pelo simples desconhecimento das terminologias subjacentes, espaço e território podem ser erroneamente caracterizados como termos equivalentes. Segundo Raffestin (1993), por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram

II Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – PPA/UEM

grandes confusões em suas análises, ao passo que, justamente por isso, privaram-se de distinções úteis e necessárias em suas respectivas pesquisas. No entanto, esta seção não se desprende em um exercício intelectual para conceitualizar essas duas terminologias, porém parte-se desta disparidade para não privar o resultado da análise, que pressupõe uma abordagem eminentemente territorial a partir de uma ação política.

De acordo com Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, e se caracteriza como o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ainda, para o referido autor, em consonância ao uso de uma epistemologia marxiana, o espaço não possui valor de troca, mas somente valor de uso, que predispõe uma utilidade, e sobretudo, é preexistente a qualquer ação. Neste sentido, ao passo que determinado ator se apropria de um determinado espaço seja ele, concreto ou abstrato, ele o territorializa atribuindo seus significados. Portanto, enquanto “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144).

No Brasil, a discussão acerca do conceito de território passou a ganhar notoriedade sobretudo a partir da década de 1990. Desde então, passado um pouco mais de duas décadas, ainda persiste certa disparidade no que tange suas fronteiras (Souza, 2009). Essa disparidade emerge pelo fato de se tratar de um conceito multidisciplinar. Apesar da sua centralidade para a Geografia, outras áreas do conhecimento também se apropriaram da discussão, como a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia, e Psicologia e a Administração. Embora cada área do saber trabalhe sob um determinado prisma e/ou vertente epistemológica, tem havido consensos no que se refere ao território como apropriação do espaço (Haesbaert, 2004).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, optou-se em trabalhar a perspectiva territorial a partir da apropriação do espaço, onde o território se constitui por meio da sua transformação no transcorrer da história e das relações sociais inseridas em determinados contextos. Há, portanto, um processo do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades (Raffestin, 1993). E estas compreendemos como sendo construídas a partir das relações de poder provenientes da ação do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, ao institucionalizar determinadas políticas.

Partindo da perspectiva apontada por Raffestin (1993), Souza (2009) e Saquet (2015) também consideram que a definição de território se estabelece, sobretudo, por meio das relações de poder. Segundo Souza (2009), o poder se expressa por meio de uma dimensão social e o território emerge da expressão espacial desta relação. Para Raffestin (1993), as

relações de poder, eminentes na configuração do território, materializam-se como um expoente que as organizam e as configuram. Deste modo, o território circunscreve todas as relações de poder por meio da apropriação do espaço geográfico. Na concepção sistematizada por Saquet (2009), as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território, pois são essas relações que se cristalizam e, conseqüentemente, concretizam as territorialidades, destacando a relação espaço-tempo. Portanto, o território se constitui por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas, conforme exposto por Saquet (2009):

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do *sistema territorial local*, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (Saquet, 2009, p. 115).

Assumida as concepções de territorialidade, em relação à conotação espaço-tempo, Saquet (2009) nos convida à uma reflexão sobre os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e (re)territorialização (R) que emergem por meio das relações sociais, considerando as dimensões econômicas, políticas e culturais. Tal dissociação (T-D-R) nos possibilita a pensarmos o movimento que emerge nesses processos. Nesse sentido, Souza (2012) retrata que os territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais, podendo apresentar um caráter permanente, mas também uma existência cíclica.

Retomando esses processos T-D-R, para Saquet (2015), eles ocorrem simultaneamente, podendo se materializar em um mesmo lugar, ou em lugares diferentes, em um mesmo momento, ou em momentos distintos, e em determinados períodos históricos e de acordo com cada situação, e cada relação espaço-tempo. Este movimento ocorre em virtude de fatores principalmente de eminência econômica, sobretudo, pelo fato de o mercado ser um lugar de emissão simbólica que, por sua vez, inscreve-se na dinâmica econômica, constituindo-se como condicionantes culturais (Saquet, 2015).

A propósito, Saquet (2015) argumenta que Raffestin (1984) aborda a relação economia-cultura nas determinações de T-D-R, como pode ser percebido no trecho a seguir:

. . . a territorialização implica . . . um conjunto codificado de relações . . ., a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites das fronteiras. . . . A reterritorialização . . ., pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro, etc. (p. 78 as cited in Saquet, 2015, p.78).

O movimento T-D-R se constitui de modo dialético, em um processo de relações sociais que envolve a perda e reconstrução destas relações. Partindo deste entendimento construído por Raffestin (1993), se o processo de desterritorialização significa a perda do território, podemos compreender o território como limites e fronteiras que, de maneira geral, são delimitados inclusive pela atuação Estatal (Saquet, 2015).

Em sua abordagem, Saquet (2015) considera que na territorialização há limites, enquadramento e distinção, ao passo que as inovações por meio de sua difusão, provocam a desterritorialização e, quando da difusão contínua, conduz-se à reterritorialização, dando origem a novos formatos relacionais. Desta forma, Raffestin (1993) também destaca a abordagem relacional, ao evidenciar o caráter semiológico da vida cotidiana e da territorialidade, em movimento histórico e na busca de uma autonomia. Observa-se então seu caráter mutável, de modo concomitante com ações construídas no passado que se estabelece com a implementação da Horta Comunitária no município de Maringá-PR, cujos arranjos e especificidades apresentaremos na seção 4.

3 A SOCIEDADE CIVIL E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

No Brasil, a participação da sociedade civil começou a ter uma maior visibilidade com a promulgação da Constituição de 1988, a qual foi resultado de muita luta por parte de setores da sociedade civil durante o regime militar, e que teve como principal objetivo expandir a cidadania e aprofundar a democracia (Dagnino, 2004), o que corrobora com a afirmação, feita por Ahrne (1996), quando diz que a “sociedade civil está conectada com a ideia de democracia” (p. 91). Entretanto, Dagnino (2004) destaca que esse processo democratizante enfrenta um dilema que surgiu a partir da confluência de dois processos: a) um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas e b) um projeto de Estado mínimo que se isenta cada vez mais de seu papel de garantidor de direitos cuja estratégia de adoção desse modelo neoliberal, proposto durante o Consenso de Washington, se deu com a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989.

A sociedade civil, segundo Boisier, Lira, Quiroga, Zurita e Rojas (1995) é o “conjunto não institucionalizado de relações de caráter primordialmente econômico e de grupos e indivíduos que as levam a cabo” (p. 3). E os autores completam: a sociedade civil está configurada num conjunto de organizações sociais, cujas finalidades não são atuantes nas

áreas: militar; religiosa; mercado e política. Bresser-Pereira (1995) define, resumidamente, a sociedade civil como sendo “o povo organizado e ponderado de acordo com os diferentes pesos políticos de que dispõem os grupos sociais em que os cidadãos estão inseridos” (p. 91). Desta forma, as organizações da sociedade civil perseguem objetivos particulares de grupo e sua mobilização é harmonizada pelos seus atores sociais através da participação e mobilização, atuando em diferentes frentes de ação, distanciando cada vez mais do limitado papel de gerador da opinião pública.

Segundo Boisier et al. (1995), a força e o êxito da sociedade civil podem ser medidas através do seu grau de influência, adoção e projeção no Estado, nas instituições políticas e no mercado. E a maneira encontrada para atingir seus objetivos se dá pelo convencimento das pessoas em tomar parte ou criar um espírito de comunidade que pode incluir também estrangeiros (Ahrne, 1996).

Um outro ponto a respeito da sociedade civil é que ela também pode se relacionar com outros atores, como o Estado, por exemplo. Entre os exemplos dessa relação estão que a sociedade civil vê a vida familiar, produtiva e econômica sendo reguladas pelo Estado (Bresser-Pereira, 1995). O referido autor complementa, ainda, que essas relações sociais não são as únicas que se estabelecem nessa relação Estado-sociedade civil, pois “a sociedade civil engloba todas as relações sociais que estão à margem do Estado, mas que exercem algum tipo de influência sobre ele” (Bresser-Pereira, 1995, p. 91).

Apesar de Bresser-Pereira (1995) apontar que, sob a vertente marxista, a classe econômica dominante detém um poder maior na sociedade civil, o autor chama a atenção para a diferenciação de Estado, povo e sociedade civil, pois o que os aproxima é justamente as relações de poder que são estabelecidas. Por isso, Bresser-Pereira (1995) afirma que

a sociedade civil é constituída pelo povo, mas enquanto o povo é o conjunto de cidadãos iguais perante a lei, o poder político que cada indivíduo possui na sociedade civil é extremamente variável. A sociedade civil exerce o poder sobre o Estado (Bresser-Pereira, 1995, pp. 92).

Mesmo que nas democracias modernas o poder do Estado derive do povo, esta afirmação só é verdadeira “quando a própria sociedade civil é democrática, ou seja, quando ela está crescentemente identificada com o povo” (Bresser-Pereira, 1995, p. 92). Em contrapartida, o Estado terá um regime democrático se estiver submetido às regras que definem a democracia, quais sejam: a liberdade de expressão e a existência de eleições livres. As últimas compõem a forma institucional por excelência para resolver conflitos e garantir

legitimidade aos governos, possibilitando governabilidade para que estes administrem o Estado. Além disso, o governo que dirige o Estado, precisa possuir não somente a legitimidade bem como o apoio da sociedade civil. Esta para ser democrática, além de contar com instituições estatais democráticas, deve pressupor que as contradições nela existentes não podem ser insuperáveis. Portanto, a legitimidade democrática de um governo depende e varia de acordo com o apoio que este recebe da sociedade civil (Bresser-Pereira, 1995).

4 HORTA COMUNITÁRIA

Segundo Feniman e Araújo (2015), com a aprovação da Lei número 11.594/2010, de autoria do vereador Flávio Vicente, criou-se, em Maringá, o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maringá (SIMSAN-MGÁ). Segundo as referidas autoras, esse sistema ao ser incluído no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), passou a receber recursos, em cofinanciamento, para finalidades relacionadas à segurança alimentar e também para atender, progressivamente, ao Direito Humano de Alimentação Adequada (DHAA), conforme determina a Resolução nº. 9 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Dentre as políticas municipais que fazem parte do SISAN, está a das Hortas Comunitárias. De acordo com Feniman e Araújo (2015), esta política além de contar com repasses do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (hoje Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), ela surgiu com o intuito de aumentar a oferta de alimentos de alto poder nutritivo e melhorar as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar, por meio da implantação de hortas, viveiros, lavouras e pomares comunitários, em terrenos férteis cedidos pela prefeitura do Município ou em parceria com terrenos cedidos por outras organizações. Somado a isso, Feniman e Araújo (2015) argumentam que esse projeto visa também complementar a renda das famílias assistidas com a comercialização da produção excedente.

Feniman e Araújo (2015) apontam que as Hortas Comunitárias foram implementadas, em Maringá, no ano de 2007 quando firmou-se uma parceria entre a Prefeitura; o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) da Universidade Estadual de Maringá; as famílias interessadas; e as centrais de abastecimento de energia elétrica. As autoras complementam que essas hortas estão integradas ao programa “Maringá Saudável” cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da população.

No que diz respeito às atribuições dadas a cada um dos agentes, Feniman e Araújo (2015) explicam que a administração municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), fica responsável em contribuir com a doação de sementes, mudas, adubos, infraestrutura, realização de reuniões mensais com as famílias participantes e também pela disponibilização de um assistente técnico para assessorar os trabalhos desenvolvidos; a CERAUP também colabora na assistência técnica por meio da disposição de uma equipe multidisciplinar; já as famílias participantes, em sua maioria de baixa renda, são as responsáveis por todo o processo de cultivo das hortaliças: desde o plantio até a colheita; e por fim, as centrais de abastecimento de energia elétrica estão a cargo de manterem as unidades que estão nos terrenos, geralmente localizados em pontos de transmissão de alta tensão, que foram doados.

As Hortas Comunitárias estão instaladas em lotes vagos, cedidos pela Prefeitura, localizadas em vários bairros. Enquanto no início, o projeto envolvia cerca de 58 famílias, no total, em três bairros distintos: o Conjunto Residencial Hermann Moraes de Barros, o Conjunto Tuiuti e o Conjunto Itatiaia/Atlanta (Messias, Michellon, Croge, Vareschini, & Fernandes, 2009), agora já são cerca de 29 hortas instaladas, em diversos bairros, para atender cerca de 750 famílias.

De modo a entender como se dá o processo para a implementação e manutenção do projeto, Feniman e Araújo (2015) explicam que para a implantação são convocadas as famílias de baixa renda que tem interesse em participar do projeto para que façam um cadastro junto a Prefeitura, posteriormente, há uma reunião na qual o coordenador geral do projeto vai ao bairro e localiza o terreno público que seja apto a instalação da horta. E após a criação de um estatuto e de uma pequena comissão para tratar de assuntos administrativos, as famílias interessadas participam de reuniões de formação com técnicos gestores do programa para que, assim, a horta comunitária seja inaugurada.

Depois de inaugurada, Feniman e Araújo (2015) afirmam que essa horta é supervisionada por um técnico funcionário da Prefeitura o qual é responsável pelo acompanhamento dos ciclos das culturas produzidas e no auxílio da manutenção dos plantios. Messias *et al.* (2009) complementam que o CERAUP também realiza esse acompanhamento ao implementar e executar um cronograma de melhorias a serem implantadas nestas hortas. Em cada horta há um espaço destinado para o plantio de grama, árvores e rede de irrigação, para que cada família tenha condições para cuidar de um canteiro de legumes ou verduras cujas sementes, mudas e adubos orgânicos são fornecidos pela SEMUSP, conforme figura 01.



Figura 01. Horta Comunitária do Parque das Palmeiras. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=imgres&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi024ug1dTSAhWRPpAKHUS4BqoQjRwIBw&url=http%3A%2F%2Fficlovivo.com.br%2Fnoticia%2Fmaringa-instala-central-de-compostagem-para-fertilizar-hortas-comunitarias%2F&psig=AFQjCNG276XWWIjisu7v7KM5zMRSiVPvw&ust=1489535222632746>. Acesso em: 13 março de 2017.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados, o presente estudo se constituiu como uma pesquisa construcionista social, uma vez que houve aproximação relacional com o fenômeno, constituindo o campo-tema com o objetivo de compreender o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R) no local que compreende a Horta Comunitária e como se deu a efetividade da participação da sociedade civil neste processo. Deste modo, a questão do processo de T-D-R e a efetividade da participação da sociedade civil foi tratada como um exercício relacional que se debruça em contar e recontar histórias envolvendo alguns cidadãos que de algum modo se beneficiam da política instalada.

De modo a atingir ao objetivo de compreender o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização no local que compreende a Horta Comunitária e como se deu a efetividade da participação da sociedade civil neste processo, esta pesquisa qualitativa realizou quatro entrevistas semiestruturadas com moradores dos bairros Atlanta e Vila Esperança, o presidente da Horta Comunitária da Vila Esperança e com o coordenador das Hortas Comunitárias, conforme tabela abaixo.

Entrevistado(a)	Horta Comunitária	Bairro	Função atribuída no projeto
A	Itatiaia	Atlanta	Morador e participante
B	Vila Esperança	Vila Esperança	Presidente da Horta
C	Vila Esperança	Vila Esperança	Moradora e participante
D	Todas		Coordenador das Hortas Comunitárias

Quadro 01. Entrevistas realizadas. Elaborado pelos autores.

As entrevistas, realizadas entre os dias 01 e 10 de março de 2017, com duração entre quinze e trinta minutos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas, constituindo-se, assim, nos dados primários. Quanto a análise, ela foi feita a partir do diálogo entre a literatura adotada e discutida nas seções anteriores e os dados primários.

6 DISCUSSÃO

A horta comunitária emerge, portanto, como uma política pública implementada em âmbito municipal, com o intuito de aumentar a oferta de alimentos de alto poder nutritivo e melhorar as condições de vida de grupos sociais em situação de insegurança alimentar, visando – além disso – complementar a renda das famílias participantes. É possível aferir que o problema de alimentação e nutrição entra na agenda de governo municipal a partir do fluxo da política – via projeto de lei proposto pelo Legislativo – com o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maringá (SIMSAN-MGÁ).

E tal política pública, como foi afirmado por Feniman e Araújo (2015), é implementada em terrenos baldios, localizados em fundos de vale, que serviam como local de descarte de lixo pelos moradores próximos a esses terrenos e que é corroborado por alguns entrevistados:

O projeto Horta comunitária diz assim terreno público ociosos, e fundo de vale para aproveitamento dentro da legalidade... (Entrevistado D).

Era terreno baldio. Era resto de construção. . . . Cachorro morto, você não tem noção de como era triste, a prefeitura passava limpando e no outro dia já estava cheio de entulho, já tinha, por ser fundo de vale, sabe? Muito triste (Entrevistada C).

A implementação da horta foi uma implementação da prefeitura que já iniciou em outras hortas naquela época e como esse daqui era um terreno baldio, aí, pertence a qualquer um, então, até o que eu sei, a COPEL ela fez um acordo com a prefeitura e disponibilizou esse terreno aqui para que a Prefeitura pudesse implantar essa horta comunitária (Entrevistado B).

... olha Maringá tem muito fundo de vale, e além da proteção que deve haver nesses espaços com arvoredos, tem um pedaço que há possibilidade de fazer a horta, não pode ser feito casa, prédio.. Mas para uma horta dá, respeitando sempre a parte de fundo de vale, do riacho, do córrego, mais aí essas coisas o meio ambiente passa para nós. Aliás, todos esses terrenos de horta não é só chegar e fazer é pego uma licença ambiental, é tudo na lei certinho para que possamos usar o terreno. Além disso, tiramos a “capueira” o mato mesmo, que a população tanto reclama nos bairros. Com o projeto cuidamos de tudo isso e assim a população agradece. (Entrevistado D).

Nestes terrenos baldios, os moradores próximos a esse local se constituíam, segundo Raffestin (1993), nos atores sintagmáticos que se apropriavam deste espaço, de forma concreta, isto é, eles o territorializavam atribuindo o significado de que era um local próprio para o descarte de lixo.

Pelo fato de o território se constituir por meio da sua transformação no transcorrer da história e das relações sociais inseridas em determinados contextos, ou seja, o processo do território só se manifesta por conta da existência de todo o tipo de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades (Raffestin, 1993), o território também sofreu o processo de desterritorialização. Tal processo ocorreu, então, a partir do momento em que as relações de poder, provenientes da ação do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, implementaram uma política pública que fosse capaz de alterar essa realidade e ainda garantisse a segurança alimentar e o Direito Humano de Alimentação Adequada (DHAA) (Feniman & Araújo, 2015).

Esse processo de desterritorialização aconteceu, então, quando a “. . . prefeitura, ela cercou com alambrado, mecanizou a terra e deu os canteiros e deu mudas para o início da horta” (Entrevistado B). O terreno perdeu, desta forma, o significado de local para descarte de lixo e passou a ser um local destinado ao plantio de verduras orgânicas.

As narrativas acessadas a partir das entrevistas versaram, sobretudo, acerca da ressignificação do espaço que antes era sinônimo de abandono e descarte de resíduos e agora passou a ser um espaço de cultivo de hortaliças orgânicas, conforme destaca alguns entrevistados:

Porque isso aqui era terrível. Que eu moro muito perto aqui...Era terreno baldio. Era resto de construção ... Só que assim a prefeitura mecanizou, deixou os canteiros prontos... (Entrevistada C).

Na implantação a prefeitura, ela cercou com alambrado, mecanizou a terra e deu os canteiros e deu mudas para o início da horta (Entrevistado B).

Esse terreno que estava abandonado, eu já tinha um pedacinho de horta nele. Aí depois a prefeitura colocou essa horta aí e ficou do jeito que tá (Entrevistado A).

... Nas reuniões que a gente faz com o pessoal das hortas há um agradecimento com o projeto. Eles falam: “nossa antes era um matagal esse terreno, agora tá essa horta bonita com alimento fresquinho...”. Tem também as pessoas que falam que o projeto melhorou a autoestima, porque eles mesmos preparam um produto de qualidade para sua família (Entrevistado D).

Tal ressignificação se refletiu, também, no cotidiano das pessoas envolvidas na horta comunitária que incluíram em seu cotidiano os afazeres da horta, conforme a fala dos entrevistados:

Como eu sou dona de casa, né. Antes eu ficava assim, muito ociosa dentro de casa, sem ter o que fazer. Aí surgiu na ocasião, tal, de participar aqui da horta. Então eu faço todo o meu serviço em casa, de manhã e venho aqui depois do meu trabalho. Fico aqui por algumas horas, saio, vou fazer o meu almoço, tá. E depois das 16h, a gente retorna e fica aqui até o momento de fechar. De 19h. o correto é até as sete da noite. As vezes a gente fica até mais atendendo, né. É que é tão bom, e a gente vai embora e deixa coisa por fazer ainda. (Entrevistada C).

O dia a dia é assim: são pessoas que realmente são aposentadas e participam de uma parte de seu dia aqui na horta a manhã ou à tarde. Não tem um tempo assim específico para essa pessoa venha para a horta, né. Fica a critério dela da disponibilidade de tempo dela então, as vezes tem dia que tá cheio de pessoas trabalhando e outros dias só tem 2, 3, né. Dependendo do horário na parte da manhã. No período da tarde, dependendo do horário, é um período que vai das 12 da manhã e vai até 12:30 e das 12:30 às 16:00h portanto são fechados para entrada de clientes. Daí das 16 até às 19h, os portões são abertos para que os clientes possa adentrar até a horta. (Entrevistado B)

As famílias têm liberdade para trabalhar o horário que quiserem. Cada um tem a chave do portão e liberdade para entrar e sair a hora que quiser. No grupo de pessoas que trabalham na horta são pessoas de mais idade. Tem até pessoas mais jovens, mas a maioria é de mais idade. Cada um pode plantar o que quiser, mas não pode atrapalhar o vizinho. Pra gente é liberado entrar a hora que quiser para trabalhar. Eu acordo cedo, vou para a horta, cuido do meu canteiro. Cada um faz o que quiser, quem quiser doar, doa. Isso está no querer da gente (Entrevistado A).

As hortas comunitárias ao serem implementadas em terrenos, até então, baldios corrobora para o que Raffestin (1984) como citado por Saquet (2015) afirma que o processo de reterritorialização pode “ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro, etc.” (p. 78). Essa reterritorialização dá, então, origem a novos formatos relacionais entre todos os atores envolvidos no projeto. Apesar de todos esses processos de T-D-R acontecerem simultaneamente e se materializarem num mesmo lugar (Saquet, 2015), eles se materializaram em determinados períodos históricos e de acordo com cada situação, já que na Horta Comunitária da Vila Esperança o terreno só foi liberado e, posteriormente, implementado o projeto, depois de quatro anos de luta por parte dos interessados nesse projeto, conforme relato da entrevistada C:

. . . Ela foi inaugurada em 2012, mas a gente luta pra que isso acontecesse quatro anos antes. Porque já era projeto da prefeitura e eles não vinham preparar a terra e tudo mais, só que a COPEL não liberava. Porque o terreno era da COPEL. E daí depois de 4 anos, a COPEL liberou em 2012... 4 anos de reuniões, de reivindicações e tudo mais...

Por mais que a motivação das pessoas seja em assegurar uma renda complementar com a venda do excedente produzido em seu canteiro, como mostra os entrevistados:

“Porque na idade que a gente tá ninguém dá serviço pra gente, então a horta além de ser uma ocupação pra gente, dá um dinheirinho” (Entrevistado A).

“... Sem contar que o excedente do que a pessoa produz, ele pode comercializar. Esse excedente comercializado, normalmente, pelo pessoal dos bairros aqui que vem adquirir os produtos que a gente produz aqui” (Entrevistado B).

“...Tipo assim, a gente tá fazendo academia e ainda tem retorno financeiro” (Entrevistada C),
“Tem alguns participantes do projeto que falam também “Eu faço um dinheirinho, vendendo e isso me ajuda em casa” a então... Tudo isso é muito bom né” (Entrevistado D).

E por isso acaba demonstrando, assim, que este movimento ocorre em virtude de fatores principalmente de eminência econômica, sobretudo, pelo fato de o mercado ser um lugar de emissão simbólica que, por sua vez, inscreve-se na dinâmica econômica, constituindo-se como condicionantes culturais (Saquet, 2015). Além do “retorno financeiro” (Entrevistada C), há uma maior interação entre os participantes do projeto, conforme descrito pela entrevistado B:

O participante do projeto que abandonar por 30 dias, aí ele tá fora. Desde que ele não comunique a diretoria. Agora, se for por saúde, por viagem, alguma coisa, assim, ele comunicando, fazendo um comunicado para a diretoria, aí tudo bem, né. Porque normalmente

II Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – PPA/UEM

quando acontece problema de saúde, a própria comunidade aqui, vai lá, ajuda, capina o canteiro, ajuda a dar uma força, ajuda a cuidar do canteiro... Trabalho em equipe mesmo, até planta e, cuida para a pessoa.

E também uma melhora na saúde dos moradores envolvidos com as hortas comunitárias:

Tipo assim, antes de participar do projeto. Eu era assim, uma mulher cheia de dores, dores pelo corpo, tinha pendiculite no braço, problema no joelho, problema de coluna e coisa e tal. Aí participando aqui essas dores foram embora. Sumiram... Meu Deus. Tipo assim, primeiro, saúde, segundo, tudo que eu levo para casa, eu sei, eu tenho certeza de que é um produto excelente e que, assim, é orgânico, né. Sendo que antes eu consumia um monte, na verdade assim no mercado, verdura. Só que tinha certeza de que vem veneno, agrotóxico, e coisa e tal e aqui não. Meu Deus. É tudo natural. Então eu levo produtos de qualidade para casa, de saúde, também. (Entrevistada C)

Olha existem pessoas, as idosas que na hora da reunião, que a gente conversar sobre tudo e pergunta da pessoa, ela já fala na hora dos benefícios da saúde, eles contam das dores nas costas que tinham, do mal estar de ficar em casa, mas eles dizem que agora com a horta são outra pessoa. Então a gente vê resultado de mente e físico. O idoso normalmente não para e vai fazer caminhada mas na horta ele vai pega água, rega, depois volta pega água de novo, e as vezes faz isso várias vezes no dia, então ele faz um exercício, e assim melhora a parte física da pessoa (Entrevistado D).

E é por isso que Saquet (2009) nos convida à uma reflexão sobre os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e (re)territorialização (R) que emergem por meio das relações sociais, considerando as dimensões econômicas, políticas e culturais.

O entrevistado D, coordenador do projeto na cidade de Maringá, descreve como ocorre o início do projeto em um bairro e que pode ser visualizado na Figura 02, logo após a fala dele:

... nós aqui primeiro temos o processo ambiental de licença né, daí com o ok da licença tudo certinho, protocolado a gente vê a parte de água porque é importante ver se no terreno há possibilidade de fazermos um poço artesiano porque para usar água da Sanepar acaba sendo um custo para horta e também água de poço não contém cloro né ao contrário da água da Sanepar. Depois d licença ambiental e da avaliação da disponibilidade do acesso a água vem a licença da prefeitura, parte burocrática da prefeitura de liberação do terreno aí então entra o nosso trabalho de preparação do solo de fazer uma terraplanagem, canteiro, tudo com máquina para que já saia tudo pronto. Daí o próximo passo é cadastrar a horta para fazer a compra das mudas. E juntamente com esse processo há o processo de cadastramento de famílias no bairro né, que isso é muito importante, esse cadastramento é feito pela diretoria local, são eles que selecionam as famílias que terão acesso ao projeto e também são eles que tem responsabilidade de mostrar como funciona o projeto, porque como já disse cada horta tem o seu estatuto que deve ser seguido, por exemplo uma pessoa não pode ficar mais de 30 dias sem mexer no canteiro, sem justificativa, porque daí já é abandono e esse canteiro já é passado para a próxima família interessada, porque nesse projeto a frequência é tudo, se não tiver frequência não tem participação, se não tem participação não faz parte do projeto.

Entendeu? Assim agrupamos mais ao menos 40 famílias que vai dar 2 canteiros para cada família e depois disso tudo, as famílias vão produzindo e aí entramos com a assistência, que consiste em levar o agrônomo, levar mudas, levar a compostagem orgânica (Entrevistado D).

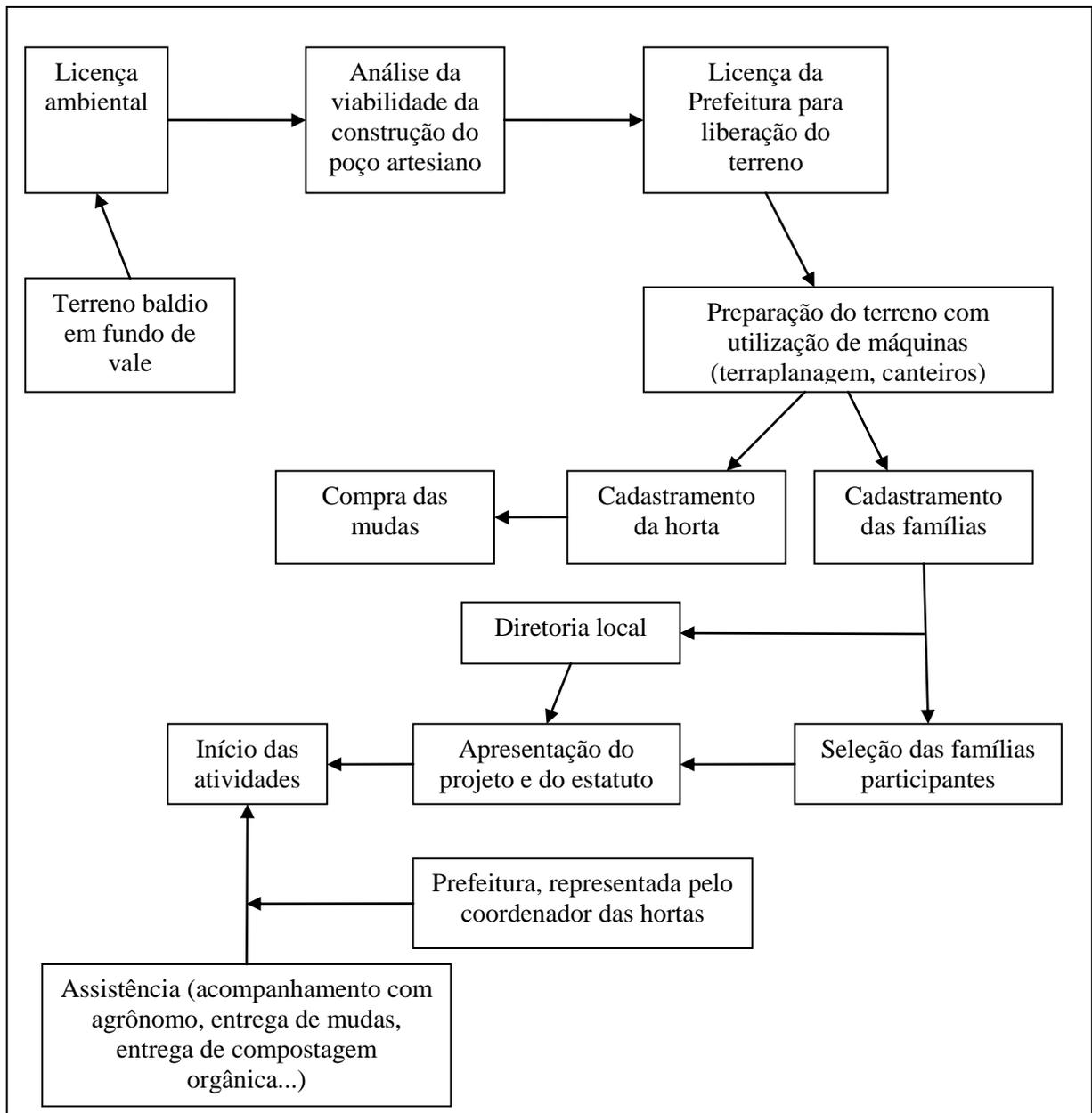


Figura 02. Processo de implantação de uma Horta Comunitária. Elaborado pelos autores.

Entretanto, no que diz respeito a participação da sociedade civil, enquanto “povo organizado e ponderado de acordo com os diferentes pesos políticos de que dispõem os grupos sociais em que os cidadãos estão inseridos” (Bresser-Pereira, 1995, p.91), ela fica restrita a solicitação, junto a Prefeitura, pela implementação de uma Horta Comunitária, como pode ser percebido pela fala da entrevistada C: “. . . Ela foi inaugurada em 2012, mas a gente

luta pra que isso acontecesse quatro anos antes. Porque já era projeto da prefeitura e eles não vinham preparar a terra e tudo mais. . .” , já que é a Prefeitura quem define qual terreno será liberado para receber este projeto. Desta forma, percebe-se que, até a etapa de cadastramento das famílias, esta política não tem sido em toda legitimamente democrática, isto é, “quando está crescentemente identificada com o povo” (Bresser-Pereira, 1995, p. 92).

Porém, essa política municipal passa a ter uma maior legitimidade democrática à medida que as pessoas envolvidas passaram a participar mais ativamente do projeto ao terem suas vozes ouvidas nas reuniões, principalmente, aquelas que envolvem as eleições de membros da comunidade responsáveis pela gestão desse espaço que passa a ser das famílias envolvidas com o projeto, conforme aponta o entrevistado A ao afirmar que:

Teve reunião. E no caso, nessa reunião foi decidido que na horta, teria presidente, tesoureiro e vice-presidente. Tudo bem organizado. A eleição desse pessoal, foi feita pela comunidade, mas com a participação dos agentes da prefeitura. É um trabalho em conjunto. O engenheiro agrônomo, as pessoas da UEM também tiveram aí.

Além disso, a partir do momento em que esse projeto tem uma maior legitimidade democrática, há também, segundo Dagnino (2004), um processo de alargamento da democracia, que se expressa numa crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão, relacionados a essa política pública e ao criar um espírito de comunidade, como é explicitado pelo entrevistado B ao falar sobre a cooperação mútua entre os participantes do projeto: “...Porque normalmente quando acontece problema de saúde, a própria comunidade aqui, vai lá, ajuda, capina o canteiro, ajuda a dar uma força, ajuda a cuidar do canteiro... Trabalho em equipe mesmo, até planta e, cuida para a pessoa”, a sociedade civil possui poder de influência (Ahrne, 1996) suficiente para que a Prefeitura mantenha este projeto funcionando.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se analisar as relações formatadas pela gestão municipal no que tange a formulação de políticas públicas, estabelecendo como foco de análise o processo de T-D-R que se estabeleceu a partir de sua implementação, bem como a efetividade da participação da sociedade civil neste processo. A leitura construída a partir dos preceitos sobre o processo de T-D-R, permitiu construir uma leitura que os territórios exercem papéis diferentes dentro de uma realidade socialmente construída. Ao passo que, com a

institucionalização da política da Horta Comunitária, seus usuários passaram a utilizar aquele novo território (Horta Comunitária) atribuindo novos significados, sobretudo a relação de pertencimento, quando reportado ao antigo território (Terreno baldio).

O entendimento da participação da sociedade civil, a partir das proposições de Boisier et al. e Bresser-Pereira (1995; 1995), sobretudo pela relação entre o povo e o Estado, na qual o povo enquanto sociedade civil vê a vida familiar, produtiva e econômica sendo reguladas pelo Estado. Nesta perspectiva, Boisier et al. (1995) pontuam que a sociedade civil está configurada num conjunto de organizações sociais, cujas finalidades não são atuantes nas áreas: militar; religiosa; mercadológica e política. Entretanto, atuante enquanto grupo social que se beneficie e se organiza entorno de uma política pública implementada em âmbito municipal de forma efetiva.

Constatou-se, deste modo, que o processo de constituição de agenda que culmina na formulação de uma política pública, elucidando, sobretudo a sociedade civil enquanto organização participativa e contemplada por meio desta, exerce sua legitimidade democrática com relação às ações encampadas pelo Estado.

Ao lançar luz na horta comunitária enquanto uma política pública, de modo a ressaltar o processo de T-D-R e a questão da legitimidade democrática pautada na sociedade civil, é pertinente fazer apontamentos de estudos futuros que possam aprofundar essas discussões, com vistas a diferentes projetos no sentido de verificar práticas sociais que emergem de iniciativas do município (poder público), enquanto ator visível na formulação de políticas públicas.

8 REFERÊNCIAS

Ahrne, G. (1996, Fevereiro 1). Civil society and civil organizations. *Organization*, 3(1), pp. 109-120.

Boisier, S., Lira, L., Quiroga, B., Zurita, G., & Rojas, C. (1995, Junho 16). *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*, ILPES/CEPAL, Santiago del Chile. Recuperado de <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/9663/S9500092es.pdf>.

Bresser-Pereira, L. C. (1995). Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. *Revista Lua Nova*, (36), pp. 85-104. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a06n36.pdf>.

Dagnino, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In Daniel Mato (Coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (pp. 95-110). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela. Recuperado de <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/3909.pdf>.

Feniman, S. F., & de Araújo, M. C. (2015) A política de Segurança Alimentar e Nutricional e o programa de Hortas Comunitárias–uma etnografia das representações sociais em fluxo. *Anais V REA Reunião Equatorial de Antropologia / XIV ABANNE Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Maceió, Brasil, 5. Recuperado de http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020579_30_06_2015_19-20-48_9067.PDF.

Haesbaert, R. (2004). Des-caminhos e perspectivas do território. In A. D. Ribas, E. S. Sposito, M. A. Saquet (Org.), *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens* (pp. 87-119). Francisco Beltrão: Unioeste.

Messias, S. S., Michellon, E., Croge, C. P., Vareschini, J. T., & Fernandes, F. A. (2009). Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) em Maringá, Paraná. *Cadernos de Agroecologia*, 4(1). Recuperado de <http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia>.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ática.

Saquet, M. A. (2009). Por uma abordagem territorial. In M. A. Saquet, E. S. Sposito (Org.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 73-94). São Paulo: Expressão Popular.

Saquet, M. A. (2015). *Abordagens e concepções de território* (4th ed.). São Paulo: Outras Expressões.

Souza, M. L. (2009). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In Marcos A. Saquet, Eliseu S. Sposito (Org.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 57-72). São Paulo: Expressão Popular.

Souza, M. L. (2012). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (Org.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.